

Politicagem, um mal social

É significativo entender as forças que movem o mundo. E elas são, basicamente, de dois tipos: a vontade humana e a vontade da natureza. Deixemos esta segunda de lado e vamos nos ater a primeira, a força do homem. O homem, este animal político, segundo Aristóteles, pode ser movido por forças intrínsecas ou extrínsecas, ou seja, por uma vontade interior ou por uma necessidade do meio em que ele vive. Obviamente, o homem tem preferência por agir conforme sua vontade interior e, por isso mesmo, menospreza, na maioria das vezes, as necessidades do meio. Este é o ponto chave do regime democrático representativo, onde, elege-se alguns poucos para defender o interesse da maioria. Esta criado assim o dilema interior do político. Esquecer ou, por de lado, o interesse da maioria em detrimento aos interesses pessoais, é o erro grave, mas, muito comum na política. Assim, se lixar para opinião pública é prova cabal de que o político não entendeu o seu papel primordial como voz de um segmento da sociedade a que representa.

Atualmente o político brasileiro, por exemplo, faz quase nada de política – que na democracia significa representar o interesse do povo - mas, faz muito de politiquice, que significa priorizar o interesse daqueles que lhe rodeiam, ou, pior ainda, defender os interesses exclusivos daqueles que lhes financiaram a campanha. São raros os parlamentares que não são politiqueiros, que fogem de uma política ordinária e mesquinha. A maioria deles, seja no alto ou no baixo clero, na Câmara ou no Senado Federal, buscam pelo sucesso, pela fama, e, acima de tudo, correm atrás do saciamento de suas próprias tendências e inclinações narcisistas e de suas necessidades pessoais. O político brasileiro chega na casa que lhe abriga completamente comprometido – alguns endividados – e estabelecem como meta prioritária atender os interesses de seu credor. A campanha com recursos públicos seria uma forma de amenizar esta situação e já está em discussão no Congresso.

Mas, além disso, o político tem uma compulsão pelo reconhecimento público que se transforma na força propulsora maior capaz de lhe embotar as ideias e de faze-lo abolir o bom senso. Sem o bom senso as metas prioritárias deixam de ser a vontade da coletividade que representa. Como político modesto não entra em evidência é imperioso que ele acabe deixando de lato também a modéstia. Logo, não há como atender o interesse da maioria sem a posse do bom-senso e da modéstia. Assim, as necessidades extrínsecas fundem-se aos interesses internos imediatos e levam o barco da representatividade ao naufrágio e o político a corrupção.

Pensar numa forma de fazer valer o interesse da coletividade passa, necessariamente, pela a conscientização do eleitor que não pode se deixar corromper pela benesses oferecidas em campanha em troca do voto e pelo acompanhamento e controle dos resultados de cada um dos representantes, assim, fiscalizar as ações e a produção dos políticos deveria ser palavra de ordem para os eleitores. Nesse aspecto, a transparência é fundamental e será bem- vinda.

Sérgio Peixoto Mendes, filósofo
contato: autor@sucatinhas.com.br